

## UM OLHAR SOBRE OS COMPLEMENTOS VERBAIS ROCHA LIMA, A NGB , A SALA DE AULA

Tania Maria Nunes de Lima Camara  
[taniamnlc@gmail.com](mailto:taniamnlc@gmail.com)

O nome do professor Carlos Henrique da Rocha Lima constitui uma das mais importantes referências em relação aos estudos filológicos, linguísticos e literários, bem como a obras didáticas de língua portuguesa.

Nasceu em 22 de outubro de 1915 e, em 1936, iniciou sua carreira no magistério público da então Prefeitura do Distrito Federal. Quando se aposentou, em 1982, recebeu, por unanimidade, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o título de Cidadão Benemérito, pelos serviços relevantes à educação e à cultura brasileiras.

Entre os estudos filológicos acima referidos, destacamos, nesta comunicação, a muito conhecida e apreciada *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, que desde a sua primeira edição, datada de 1957, registra, nas considerações apresentadas acerca dos fatos gramaticais da língua portuguesa, a visão sensível, aguçada e crítica do usuário, do pesquisador e do professor que sempre foi.

A maneira que escolhemos para apresentar ou para trazer à memória o ilustre homenageado deste XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia pode provocar neste auditório um questionamento natural: sendo tão importante o estudo da gramática da língua portuguesa realizado por Rocha Lima, por que sua *Gramática Normativa* não aparece indicada na bibliografia dos concursos públicos realizados no país?

A resposta pode estar assentada na maneira como Rocha Lima enxergava os fatos gramaticais e, a partir daí, utilizava uma nomenclatura que o afastava das denominações trazidas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, a NGB.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira teve como objetivo maior simplificar e unificar os termos utilizados na classificação dos

fatos linguísticos nos seus diferentes campos de estudo. Surgiu, pois, como instrumento de padronização da nomenclatura gramatical da língua portuguesa. Antes de ela existir, filólogos e linguistas de nossa língua materna, bem como autoridades pedagógicas muito se preocupavam com os problemas decorrentes da variedade de denominações existentes para um mesmo fato gramatical, o que acabava por prejudicar especialmente o aluno do ensino médio, pelo fato de este não conseguir decifrar a quantidade de códigos que lhe eram impostos e cobrados em diferentes provas e concursos.

Tal fato determinou que uma comissão fosse formada, a partir de uma portaria ministerial de 24 de abril de 1957, visando à elaboração de um projeto de simplificação e de unificação da referida nomenclatura, organizando “uma terminologia gramatical simples, adequada e uniforme”. Se, por um lado, essa unificação trouxe inúmeros benefícios ao ensino, especialmente no nível médio, por outro acarretou uma série de distorções, decorrentes da simplificação extrema.

O documento resultante aparece dividido em três partes, localizando-se na terceira parte o estudo que aqui nos interessa: a sintaxe e, especificamente, os complementos verbais.

Pela NGB, o complemento verbal dos verbos transitivos é o objeto, que, por sua vez, se subdivide em direto e indireto. Essa subdivisão passou a ser a oficialmente adotada para o estudo do verbo e seus complementos, fazendo parte de gramáticas e de compêndios didáticos. Até hoje, é essa a classificação encontrada com maior frequência em gramáticas escolares e livros didáticos, em relação ao verbo e a seus objetos. Assim:

VERBO TRANSITIVO DIRETO → OBJETO DIRETO: complemento verbal sem preposição obrigatória.

VERBO TRANSITIVO INDIRETO → OBJETO DIRETO: complemento verbal com preposição obrigatória.

VERBO INTRANSITIVO: aquele que não necessita de objeto.

A simplificação pretendida acabou por reunir, sob uma mesma classificação, termos sintáticos de natureza distinta. É justamente nesse ponto que se encontra o destaque do estudo de Rocha Lima.

Segundo ele, o complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*. Daí, em função do tipo de complemento que requerem para formar essa expressão semântica, apresenta o autor outro quadro de classificação dos complementos verbais, em que aparecem quatro possibilidades, no lugar das duas tradicionais. Além do objeto direto e do objeto indireto, o autor inclui o complemento relativo e o complemento circunstancial. A NGB considerara que, ao considerar os dois tipos de objeto e o adjunto adverbial, já estaria contemplando adequadamente as realizações dos enunciados linguísticos. Observa-se, portanto, que Rocha Lima continuou a analisar separadamente termos sintáticos que a NGB colocou sob uma mesma denominação. É importante destacar que não se trata simplesmente de outra forma de nomear; antes, traduz uma postura sintático-semântica distinta daquela que padronizou as denominações.

Dado o tempo de que dispomos nesta mesa, focamos especialmente as questões em relação ao complemento regido, obrigatoriamente, de preposição (segundo a NGB, o complemento dos verbos transitivos indiretos) e aos chamados verbos intransitivos.

Para Rocha Lima (1992), “O objeto indireto representa o SER ANIMADO a que se dirige ou destina a ação que o processo verbal expressa” (p. 248), podendo “figurar em qualquer tipo de predicado (verbal, nominal, verbo-nominal), perfilando-se, até, ao lado de verbos intransitivos e de verbos na voz passiva.” (p. 249). Assim sendo, comporta-se “menos como um complemento do verbo (de cujo regime, na maioria das vezes, independe) do que como um complemento de oração”. (p. 248). Do ponto de vista morfológico, “caracteriza-se por vir encabeçado pela preposição *a* (às vezes, *para*) e corresponder, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*.

Aponta, em seguida, entre outros, os seguintes exemplos (p. 249):

- a) Dar esmola *a um mendigo*. (Dar-*lhe* esmola.)
- b) Beijar o anel *ao cardeal*. (Beijar-*lhe* o anel.)
- c) Ter respeito *aos mais velhos*. (Ter-*lhes* respeito.)
- d) A prova pareceu difícil *aos estudantes*. (A prova pareceu-*lhes* difícil.)

Com relação ao complemento relativo, diz-nos o autor que "... ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em,* etc.), integra, com o valor de *objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa." (p. 251). Não representa, porém, "... a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação." (p. 251). Além disso, na terceira pessoa, não corresponde às formas pronominais átonas *lhe, lhes*, mas às formas tônicas *ele, ela, eles, elas*, precedidas de preposição, conforme ilustram os exemplos a seguir (p. 252):

- a) assistir *a um baile* - assistir *a ele*
- b) depender *de despacho* – depender *dele*
- c) precisar *de conselhos* – precisar *deles*
- d) reparar *nos outros* – reparar *neles*

Na sala de aula, ser portador desse conhecimento deixa o professor em situação mais confortável se, durante a exposição do assunto ou da realização de um exercício a ele relacionado, um aluno perguntar-lhe: "Por que eu posso dizer *entregar-lhe* e não posso dizer *gosto-lhe*?"

Por fim, traz-nos Rocha Lima o complemento circunstancial, "... um complemento de natureza adverbial – tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais." (p. 252).

Se compararmos frases como *Irei a Roma* e *Jantarei em Roma*, verificaremos que, na segunda, o liame entre a preposição e o substantivo se nos mostra muito mais íntimo do que na primeira, onde, pelo contrário, a preposição como que forma bloco com o verbo. (...) Por seu valor de verbo de direção, *ir* exige, por assim dizer, a preposição *a* para ligá-lo ao termo locativo.

Além dos exemplos apresentados na citação acima, o autor cita outros: "Morar *em Paquetá*. Estar *à janela*. Ter alguém *ao colo*." (p. 252).

O complemento circunstancial se expressa das seguintes maneiras:

- a) por um nome regido das preposições *a* ou *para*, indicativas de *direção*;
- b) por um nome com ou sem preposição, indicando *tempo*, *ocasião*;
- c) por um nome sem preposição, indicando *peso*, *preço*, *distância*.

Como exemplos, apresenta *Ir a Roma*; *Viver (por) muitos anos*; *Pesar dois quilos*, entre outros (p. 253).

Presentemente, os estudos gramaticais vêm sendo revisitados e reflexões acerca desses aspectos estão na base de algumas obras. Esse outro olhar, um pouco afastando do padrão estabelecido pela NGB, vem merecendo a atenção de ilustres autores. Entre essas obras, destacamos aqui a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, publicada em 2008, na qual o estudo dos complementos verbais recebe olhar criterioso igual àquele presente em Rocha Lima. Tal fato ratifica a ideia de que, em alguns momentos, a simplificação classificatória, ainda que facilitadora, pode acarretar problemas desnecessários.

É, pois, importante saber que, em obras de referência para todos aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos acerca da língua portuguesa, encontramos revitalizada a visão do professor Rocha Lima, com seus princípios coerentes, bem delineados, instigando especialmente os professores a reverem conceitos e concepções cristalizados, no intuito de aprimorar seu trabalho em sala de aula, nos estudos relativos à sintaxe.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.